

Para o estabelecimento de uma prática interdisciplinar entre a Literatura e a História, é premente clarificar os conceitos destas duas áreas do saber.

Definir uma área de estudo e delimitar a extensão do seu objecto é tarefa complicada e exige, como princípio, a existência de teorias consolidadas. Não é o que se pretende com este trabalho, e tal pretensão seria descabida.

A nossa tarefa, sendo bem mais modesta, nem por isso deixa de ser espinhosa. Não é fácil descrever o que cada uma das partes desta relação quer dizer.

O texto, antes de mais nada, é um produto. Nasce do trabalho humano e é dele testemunho material eloquente. É um testemunho do esforço de criação individual, dos condicionamentos sociais, das dimensões culturais, das condições económicas, dos conflitos éticos e das contradições políticas, que configuram o espaço em que foi criado e publicado. Assim, a sua leitura e compreensão obriga-nos a detectar indícios dessa totalidade, sem os quais ficará limitado a um jogo de espelhos destituído dos significados que o tornam parte do legado cultural de que somos herdeiros.

Tal tarefa, em si mesma, implica que antes do texto e depois dele existem dimensões que não podem, de forma alguma, passar despercebidas. Sem o autor, que o cria, e sem o leitor, que o retira da insignificância geral, ressuscitando-o, o texto não passa - como queria Sartre - de um monte de papel cheio de borrões de tinta.

Assim a Literatura, enquanto **instituição social viva**, tem de ser entendida como um processo. Processo histórico, político e filosófico; semiótico e linguístico; individual e social, ao mesmo tempo. [A sua realidade transcende o texto para assumir o **discurso**, que conta, minimamente, com as dimensões do **emissor**, da **mensagem** e do **receptor**.]

Deste modo, a Literatura não pode estar apenas no texto, como também não está no autor, nem no leitor. Ela constitui-se numa dinâmica que a todos envolve e compromete, numa unidade de movimento intensamente dialéctica.

O **real** da Literatura é, então, um processo que envolve actores historicamente situados em contextos sociais claramente definidos. O **real** *Dr. Jeckyll and Mr. Hyde* é aquele que se

instaura a cada acto de leitura. Para cada leitura haverá um *Dr. Jeckyll and Mr Hyde* que é diferente, sem deixar de ser essencialmente o mesmo. A cada leitura, na dialéctica que se estabelece entre leitor/texto/autor, corresponde uma realidade histórica e social inédita, tal como podemos depreender das seguintes palavras de Robert C. Holub:

“Functional analysis, which incorporates and supersedes structural analysis, thus involves the connections between the text and its meaning, and extra-textual reality. It has to do with the contexts in which all literary texts are unavoidably situated and how these texts enter into a reciprocal relationship with their environment.”<sup>1</sup>

O leitor, por sua vez, constitui-se, a cada acto de leitura, numa realidade histórica distinta, sofrendo condicionamentos variados, originários da sua inserção social e cultural. Uma mesma pessoa, ao reler um livro, já não é o mesmo leitor. É um novo leitor, cujo manancial de leituras inclui a primeira, que se transformará em elemento de produção de sentido da releitura iniciada. Cada um lê com os instrumentos da sua época e da sua cultura que conseguiu amearhar. O leitor, sem deixar de ser pessoa individual, é necessariamente uma realidade social e histórica. Na leitura que faz, inscrevem-se as marcas do seu tempo, da sua cultura, das suas preferências, etc.

O texto, enquanto estrutura significante, aparentemente não muda; a sua superfície gráfica apresentará a mesma mancha e os mesmos caracteres. Mas, à medida que se defronta com um leitor constantemente renovado, capaz de gerar significados distintos, será ainda o mesmo texto? E que garantia podemos ter de que um romance, escrito num computador, que se oferece à leitura num monitor, não é o mesmo texto que o impresso em livro? Que diferença há entre os originais dactilografados e rabiscados e as páginas finais imaculadas, recém saídas da tipografia? Um romance editado em Braille ou gravado em áudio, não é, ainda e sempre, o mesmo texto?

Se o entendermos numa dimensão meramente positivista, a resposta terá de ser afirmativa. Entretanto, o texto oferecer-se-á, a cada leitor e a cada leitura, como o mesmo e como um outro. Mais do que estrutura significante, o texto assume-se como um desafio, como um riquíssimo leque de possibilidades. Que tipos de significados, leitores diversos, inseridos em meios e em tempos distintos, dotados de sonhos e projectos diversos, que tipos de significados poderão eles produzir, alicerçados na mesma mancha gráfica? Que sentidos divergentes poderão ler nas mesmas páginas, mesmo quando procurem desenvolver uma leitura *fiel*?

Na verdade, um texto é, ele também, um elemento dinâmico, mesmo que aparentemente congelado numa forma gráfica.

Há no texto uma sobreposição de camadas que requerem uma leitura cuidada para serem usufruídas de forma plena. O texto é, também, um processo histórico. A cada leitura, socialmente dada, deposita-se, sobre as já existentes, uma nova camada de significados, que se lhe agrega como mais um elemento da sua história. Cada uma dessas camadas constitui, por sua vez, um outro texto, que adoptará ou não a forma escrita. Mas, de qualquer modo, adquirirá existência social e especificidade histórica. Assumindo a forma material de texto escrito, candidatar-se-á à perenidade e a constituir-se como elemento pertencente a uma determinada cultura.

Um livro não é uma entidade estática; é uma entidade dinâmica. É o processo da sua circulação que lhe dá existência social. A circulação não só o faz existir, como garante a sua sobrevivência através dos tempos. A *Poética* de Aristóteles existiu durante séculos, antes que o Ocidente fosse redescobri-la nas bibliotecas árabes e a recolocasse em circulação. Durante esse lapso de tempo foi como se ela não existisse, para nós ocidentais.

Um livro do qual não se fala, que não se lê, não existe enquanto Literatura. Ninguém vai negar a sua existência enquanto objecto material palpável, mas será inevitável negar-lhe, no contexto contemporâneo, existência histórica e social. A Literatura não é uma biblioteca; é um processo vivo de produção, circulação e consumo de discursos.

E o autor? Que papel desempenha nesta problemática?

O autor, tanto quanto o leitor, mesmo sendo único e irrepetível, pessoa física identificável, é, ele também, uma figura histórica. Shakespeare, para nós leitores do início do século XXI, é o perfil de um emissor construído por mais de quatro séculos de leituras contínuas. Na verdade, o autor é um cidadão do final do século XVI e princípios do XVII, da Inglaterra isabelina. E isto é claríssimo em tudo o que escreveu. A sua imagem é a resultante de uma já muito longa construção discursiva. Shakespeare é um discurso a respeito de um autor. Aliás, ele mesmo não tinha consciência de que era um autor do período isabelino, nem poderia sabê-lo. Tal classificação é-lhe muito posterior.

A dialéctica indivíduo/sociedade expressa-se, mais uma vez, em toda a sua clareza. Autor e leitor são, na verdade, processos sociais e, por isso mesmo, históricos, ainda que tenham como significantes indivíduos reais, únicos e irrepetíveis. E isto em nada atenta contra a teoria do sujeito individual. Ao contrário, reforça-a. Pois o indivíduo só é único se se diferencia do todo e, simultaneamente, se pertence a esse mesmo todo. Ele é o **eu** e é o **outro**, ao mesmo tempo. Os conceitos de sociedade e de individualismo contrapõem-se, no indivíduo, numa dialéctica alucinante, em que se baseia toda a construção da psique. Atentemos nas considerações de Hans Ulrich Gumbrecht, citado por Holub, sobre a “theory of literature as social action:”

Gumbrecht "(...) outlines some basic considerations for a theory of literature as social action. (...) first Gumbrecht advocates reconstructing as accurately as possible the authorial intention, which he labels the «subjective sense of texts as activities.» (...) The second part of looking at production as an activity involves factors outside any conscious authorial intent. While the «in-order-to motives» (...) focus on the subjective activity of the communicative act, the «because motives» take into account «the level of historical, social structures»."2

Como separar, em cada um de nós, o que é exclusivamente nosso e o que é social? A língua que falamos é uma instituição social e, entretanto, expressamo-nos de maneira inconfundivelmente única. As ideias que temos são nossas, mas as ideologias são, essencialmente, históricas e, portanto, colectivas.

O autor consubstancia em si ideias, valores, opções, crenças, linguagens, visões do mundo que pertencem à sociedade e ao tempo em que se insere. E é com elas que irá trabalhar a construção dos seus textos. É com elas que vai atribuir significados às suas obras. É com elas que se orientará e se desorientará durante a vida.

Nesta perspectiva, o leitor possui uma dimensão equivalente. Este também produzirá um texto, lendo um livro. Também construirá significações para a teia de significantes do outro e, assim, de alguma forma, apropriar-se-á da obra alheia.

O leitor lê uma língua que não lhe pertence; entende-a, partindo de uma escala de valores que é social; articula os seus significados segundo uma malha ideológica que é obra da história; sente, condicionado por parâmetros adquiridos na aprendizagem em sociedade. É, outra vez, expressão da dialéctica sociedade/indivíduo, nele organizada de forma especial, irreduzível e diferente de qualquer outro seu semelhante.

[Assim os três momentos do discurso – **emissor**, **mensagem** e **receptor** – são etapas de um processo único e indivisível, em que cada uma só existe em função das outras.] Segmentar um texto significa destruí-lo, ou o que dá no mesmo, não conseguir apreendê-lo enquanto fenómeno histórico. Só na interacção das suas partes tal processo terá inteligibilidade e poderá ser apreendido enquanto fenómeno dotado de interesse humano.

Se assim é, podemos agora esboçar algumas hipóteses de trabalho, capazes de nos fornecerem um conjunto de instrumentos mais fecundo para o estudo e o ensino da Literatura.

Se a Literatura se constitui como uma dinâmica social, como uma espécie de energia histórica que flui através do discurso, envolvendo igualmente e com a mesma intensidade autor/texto/leitor, não nos é possível estudá-la, privilegiando algumas das premissas do

processo. É o próprio processo que deve ser o objecto de estudo e de ensino, mesmo quando se possam vislumbrar dimensões diferentes de historicidade em cada um dos momentos de tal dinâmica.

Os contextos históricos do autor e do leitor, tomados separadamente, tendem a ser bastante diversos. O costume de privilegiar, nos estudos literários, os textos já consolidados pela tradição é a comprovação deste facto. Os exemplos acima dados foram ilustrativos. A leitura de Shakespeare, hoje, confronta um saber do início do século XXI com a criação artística dos séculos XVI e XVII. É um diálogo de duas épocas totalmente diferentes e, todavia, muito semelhantes nas suas problemáticas básicas. E é justamente por isso que Shakespeare, ainda hoje, nos interessa tanto.

A leitura permite saltar as barreiras do nosso tempo histórico e dialogar com pessoas de séculos distantes. Reside aí uma das maiores fontes de liberdade do ser humano: a possibilidade de viajar no tempo e no espaço, na cultura e na ciência, nas fantasias e nos medos de homens e mulheres que nos precederam na longa cadeia de discursos que constitui a cultura histórica. É isto que nos possibilita ser cidadãos da História.

Já o texto tem uma dimensão histórica bastante distinta. Uma vez publicado, colocado em circulação, passa a desfrutar de uma autonomia histórica considerável. A sua trajectória dentro de uma cultura, ou mesmo fora dela, fa-lo-á ser objecto de leituras diferentes que vão acrescentar camadas e mais camadas de significados produzidos num determinado contexto histórico, num permanente confronto com os demais textos da cultura por onde circula, conduzido por uma dinâmica que não depende do autor ou de outras vontades individuais.

O texto é, ao mesmo tempo, contemporâneo do autor e dos seus variados leitores. A cada leitura, corresponderá uma dimensão histórica específica: aquela que determina uma produção de significados, histórica e socialmente delimitada. A sua história é, em síntese, a história das suas leituras: leque aberto e inesgotável, que deixa entender a amplitude e a complexidade desse processo que, no limite, se confunde com a dinâmica da própria cultura.

Tudo isto, no entanto, não deve impedir a percepção de que, ainda que os contextos históricos do autor, do texto e do leitor sejam sempre diferentes individualmente, a relação que se estabelece entre estes três actores é marcada pela contemporaneidade da leitura. E o tempo da leitura é sempre o presente.

A relação que temos com Shakespeare, é a relação que pode estabelecer um leitor do início do século XXI com o dramaturgo inglês dos séculos XVI e XVII. Esta relação é uma relação histórica que traduz articulações culturais que são as nossas. Se os contextos históricos divergem, o vínculo construído pela leitura é contemporâneo e falará sempre da nossa história,

enquanto leitores. O confronto com as dimensões históricas de outras sociedades e de outros tempos servirá para esclarecer e definir, ainda mais, a nossa inserção na sociedade em que vivemos, em primeiro lugar, e na humanidade como um todo, em última instância.

Se isto é mesmo assim, estudar literatura e ensiná-la – se é que isso é possível e, mesmo, desejável – significa mergulhar decididamente na nossa história, na nossa sociedade, na nossa cultura e na nossa própria identidade, como pessoas e como cidadãos. É uma busca alucinada do sentido da vida e da sociedade, num diálogo apaixonado com os que ousaram fazer esta travessia antes de nós.

Tudo o que atrás foi dito parece justificar a importância, cada dia maior, de sugerir aos nossos alunos este caminho, pejado de obstáculos e traiçoeiro, e que pode levá-los, por isso mesmo, à dimensão maior da História que é a conquista da liberdade.

## Notas

- 1 HOLUB, Robert C., *Reception Theory. A Critical introduction*, Nova Iorque, Methuen, 1984, p. 109.
- 2 GUMBRECHT, Hans, Ulrich, in *op. cit.*, pp. 110-111.